

APLICAÇÃO DA NOBRADE NOS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

*Juliana Pinheiro Farias¹
Cynthia Roncaglio²*

RESUMO

A descrição é uma atividade fundamental na organização e no tratamento de documentos de arquivo. No final dos anos 1980, sob a iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), tiveram início estudos, em âmbito internacional, visando à construção de uma norma internacional de descrição arquivística, conhecida como ISAD(G). A partir desta norma, foi elaborada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), publicada em dezembro de 2006. Esta pesquisa consiste em identificar e analisar os arquivos públicos municipais que aplicam a NOBRADE na descrição de seus acervos. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, baseada na elaboração de um questionário estruturado com informações sobre o perfil da instituição, características do acervo e da aplicação da NOBRADE para a descrição dos documentos. Os resultados da pesquisa demonstraram a dificuldade de conhecer o universo de arquivos públicos municipais que utilizam a NOBRADE, em virtude da pouca transparência dessas instituições em relação à sua própria existência. Concluiu-se, com base no universo pesquisado, que os arquivos públicos municipais, de modo geral, parecem ter um longo caminho a percorrer para alcançar a sistematização e padronização da descrição arquivística, embora venham fazendo esforços e considerem a NOBRADE de fundamental importância para a atividade de descrição.

Palavras-chave: Descrição arquivística. Arquivos públicos municipais. Normas de descrição.

NOBRADE APPLICATION FILES IN MUNICIPAL GOVERNMENT

ABSTRACT

The description is a key activity in the organization and handling of archival documents. In the late 80s, on the initiative of the International Council on Archives (ICA), began studies at the international level, aimed at building an international standard for archival description, known as ISAD (G). From this standard was elaborated the Brazilian Standard for Archival Description (NOBRADE), published in December 2006. This research is to identify and analyze the municipal files that apply to NOBRADE in describing their acervos. Trata is a research descriptive and qualitative, based on the elaboration of a structured questionnaire with information on the profile of the institution, collection of the characteristics and application of NOBRADE to the description of the documents. The survey results demonstrated the difficulty of knowing the universe of municipal public archives that use the

¹ Graduando do Curso de Arquivologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília e do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (ProIC/DPP/UnB/2013-2014).

² Profa. Dra. Docente do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Diretora do Arquivo Central (ACE) da Universidade de Brasília (UnB)

NOBRADE, due to the lack of transparency of these institutions with respect to their existence. It was concluded, based on the survey universe, that municipal public files, in general, seem to have a long way to go to reach the systematization and standardization of archival description, although they are making efforts and consider NOBRADE of fundamental importance for the Description of activity.

Keywords: Archival description. Municipal public archives. Descriptive standards.

1 INTRODUÇÃO

Possibilitar o acesso aos documentos arquivísticos é o principal objetivo dos arquivos. A descrição arquivística, junto com a avaliação e a classificação arquivísticas, é fundamental para dar acesso aos conjuntos documentais custodiados pelos arquivos públicos, aos cidadãos e ao público em geral. Assim, o controle e a descrição do acervo possibilitam garantir o direito de seus usuários ao acesso à informação.

Há poucos estudos e publicações no Brasil, de caráter científico, sobre a descrição arquivística. Predominam as publicações de caráter técnico, notadamente a tradução e publicação do conjunto de normas internacionais publicadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a produção e publicação da NOBRADE, afora os instrumentos de pesquisa produzidos pelas próprias instituições detentoras de acervos arquivísticos. Contudo, a divulgação das Normas, observa Beyea (2007, p.35), “é essencial para encorajar a participação no desenvolvimento e implementação de normas na prática arquivística.”

Mas o uso crescente das normas, em especial da NOBRADE, pode contribuir tanto para os aspectos práticos da atividade arquivística – compilação de informações mais consistentes baseadas no aprofundamento de pesquisas sobre o acervo – quanto nos aspectos teóricos da Arquivologia – desenvolvimento de estudos que investiguem e possam contribuir para aperfeiçoar os resultados da descrição arquivística.

Apreender as políticas arquivísticas que orientam a organização dos arquivos também poderá trazer maior esclarecimento sobre o entendimento e alcance das normas de descrição pelas instituições.

Passados mais de sete anos desde a publicação da NOBRADE é importante que sejam feitos estudos sobre a apropriação pelas instituições arquivísticas das suas recomendações. Esta pesquisa tem como objetivo identificar se e como a NOBRADE está sendo aplicada nos arquivos públicos municipais. Tal finalidade possibilita obter uma visão geral do alcance da

NOBRADE nos arquivos públicos municipais e a percepção dessas instituições em relação ao seu uso.

2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: organização e controle documental em arquivos públicos municipais

A descrição arquivística é considerada por diversos autores³ uma atividade fundamental para a organização, controle e acesso ao acervo institucional. É por meio da descrição que os usuários de arquivos têm o acesso intelectual às informações sobre o acervo e, posteriormente, o acesso físico aos documentos. A descrição arquivística possibilita, além da organização e do controle do acervo, a elaboração de instrumentos de pesquisa impressos e/ou eletrônicos (guias, inventários, catálogos etc.) com a finalidade de divulgar o acervo e propiciar o acesso às informações sobre os conjuntos documentais.

Conforme Herrera, “tanto na fase administrativa como na permanente, a descrição sempre é desenvolvida com o foco na recuperação da informação pelo usuário de forma eficiente e eficaz. (HERRERA, 1991 apud LOPES, 2009, p. 39). Oliveira também enfatiza a importância da descrição para o acesso à documentação pelos usuários da informação arquivística, quando destaca que:

o objetivo da descrição é multifacetada. A descrição tem papel importante no controle de um arquivo, em funções de suporte como acesso, processamento, [...]. [A] descrição oferece aos pesquisadores informações contextuais valiosas que são necessárias para que o usuário entenda e use os arquivos em todas as etapas de trabalho de pesquisa. (DUFF; STOYANOVA, 1998 apud OLIVEIRA, 2006, p. 55).

O uso de padrões nacionais e internacionais de representação da informação arquivística tem favorecido o intercâmbio de informações entre as instituições, a descrição multinível de conjuntos documentais e maior profissionalismo da atividade de descrição, resultando em melhor desempenho das atividades dos arquivos, arquivistas e usuários, que têm informações mais precisas e consistentes para realizar as suas pesquisas.

³Com algumas variações quanto à delimitação do conceito, podemos citar, entre outros: Camargo e Bellotto (1996); Bellotto (2004); Ilanes-Padron, Dunia (2012); Oliveira (2012); Couture e Rousseau (1998).

Os estudos referentes à padronização internacional da descrição arquivística, desenvolvidos pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), desde o final dos anos 1980, resultaram na publicação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística- ISAD(G) em 1994, e suas posteriores revisões ao longo dos anos, e na elaboração e publicação de outras normas internacionais complementares como a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR(CPF)), publicada em 1996; a Norma Internacional ara Descrição de Funções (ISDF), publicada em 2007; e a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), publicada em 2008.

A participação do Brasil no então Comitê de Normas de Descrição (CND) do ICA, a partir de 1996, estimulou posteriormente a criação da Câmara de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a elaboração da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), em consonância com a ISAD(G), publicada em dezembro de 2006. A NOBRADE, no entanto, não é uma mera tradução da ISAD(G), mas uma adaptação e detalhamento dos passos da descrição arquivística a serem aplicados nos acervos arquivísticos existentes no Brasil. Desde então diversas instituições públicas e privadas têm utilizado a NOBRADE como referência para a descrição arquivística dos seus respectivos acervos.

Os arquivos públicos municipais são responsáveis pela guarda da documentação produzida no âmbito da administração direta ou indireta, pelos órgãos do poder executivo ou legislativo. A legislação que assegura a gestão dos documentos de arquivo no Brasil é a Constituição Federal (Art. 216) e a Lei Federal de Arquivos (Lei n.º8.159/91). O Brasil tem uma grande quantidade de municípios e por conta de sua extensão e de problemas estruturais, a maior parte ainda não possui políticas de gestão arquivística para os seus documentos.

Cabe a cada instituição arquivística, de acordo com recursos disponíveis, definir e descrever, além dos elementos de descrição indicados pela Norma como obrigatórios para intercâmbio internacional, aqueles que serão descritos em cada nível (fundo, subfundo, série, subsérie, dossiê/processo e item documental) e elaborar os instrumentos de pesquisa de acordo com padrões próprios, já que a Norma não se pronuncia sobre isto.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter descritivo e qualitativo, contemplando o mapeamento dos arquivos públicos municipais que utilizam a NOBRADE, a partir da elaboração, tabulação e análise de questionário estruturado com informações sobre o perfil da instituição, características do acervo e da aplicação da NOBRADE para a descrição dos documentos. O questionário foi desenvolvido em plataforma *online* sendo, portanto, facultado aos entrevistados responderem por meio eletrônico. Todavia foram enviadas também versões impressas pelos Correios.

O levantamento dos dados de identificação das instituições arquivísticas municipais foi feito inicialmente na página eletrônica do CONARQ, no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras (CODEARQ).

O CODEARQ, instituído pela Resolução nº 28, de fevereiro de 2009, está diretamente ligado à NOBRADE porque visa fornecer o código da entidade custodiadora, previsto num dos elementos obrigatórios de descrição da Norma. A partir desse cadastramento, o CONARQ disponibiliza dados básicos sobre as instituições que custodiam acervos arquivístico no Brasil.

Realizada esta etapa, procedeu-se à conferência dos dados disponíveis no CODEARQ, posto que foi identificada a existência de mudanças ou atualizações de dados.

Houve grande dificuldade em se encontrar páginas e endereços de correios eletrônicos das instituições, pois grande parte delas não informam estes dados no CODEARQ. A maioria das instituições pesquisadas não tinham páginas eletrônicas disponíveis na internet, mesmo havendo uma diretriz do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2000), que orienta a construção de *websites* de instituições arquivísticas. Nesta diretriz está especificado que os *websites* devem conter informações básicas com telefones, *e-mails* e endereço físico das instituições.

Obter os endereços eletrônicos era de grande importância, pois facilitaria o contato e o envio dos questionários. A consulta sobre as páginas eletrônicas não disponíveis no CODEARQ, tornou-se mais difícil, pois a busca teve de ser realizada de forma livre na internet. Apesar de serem encontrados dados sobre as instituições, estes não se referiam às informações básicas buscadas, tais como telefones, *e-mails* e endereço físico. Muitas páginas eletrônicas apenas mencionam arquivos ou entidades custodiadoras, pois são páginas de outros órgãos governamentais municipais nas quais os arquivos estão inseridos.

2.1 Arquivos públicos municipais pesquisados e o uso da NOBRADE

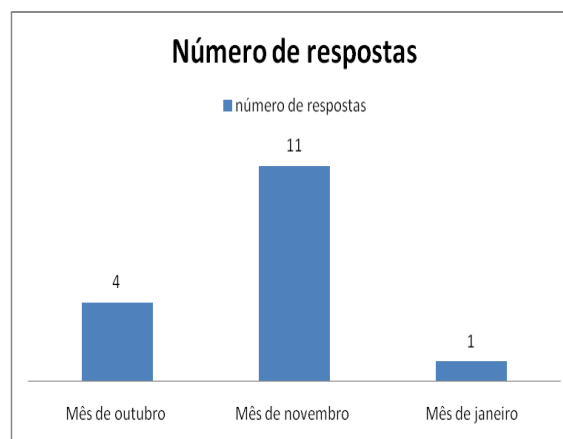
A pesquisa conseguiu localizar um total de 66 arquivos públicos municipais. Para todos eles foram enviados os questionários, por meio eletrônico e/ou impressos. Dos questionários enviados por meio eletrônico, via *web*, oito *e-mails* apresentaram falha no envio, por conta de erro nos endereços dos *e-mails*. Da correspondência enviada por meio impresso, cinco cartas voltaram por erro (ou mudança) nos endereços.

As falhas apresentadas nos envios e contatos telefônicos foram motivadas por falta de divulgação de informações corretas sobre as instituições. Mesmo assim, grande parte das instituições recebeu os questionários.

Posteriormente se tentou contato por telefone com as instituições que não receberam os questionários pela *web* e/ou impresso. Mesmo com este cuidado na confirmação dos dados, não foi possível o contato com as instituições porque os números estavam incorretos ou mensagem eletrônica dizia que não existiam.

Os questionários foram enviados na fase inicial da pesquisa. Do total das 66 instituições contatadas, apenas 16 responderam ao questionário, sendo que 11 instituições responderam eletronicamente e 5 instituições responderão por meio impresso.

Gráfico 1: Relação do total de recebimento de respostas/período.



Fonte: Elaboração própria.

As respostas recebidas por meio eletrônico foram conferidas e avaliadas periodicamente. Posteriormente elas foram englobadas com a correspondência recebida em meio impresso. A pesquisa realizada buscou avaliar as condições de acesso à informação nos arquivos públicos municipais. O estudo detectou um baixo índice de participação, o que levou a autora a inferir que

[...] a omissão sugere o descomprometimento dos responsáveis com o aprofundamento dos estudos sobre os arquivos públicos no Brasil, ou, ainda, uma total falta de controle técnico-administrativo, impossibilitando o fornecimento dos dados solicitados. (FONSECA, 1996, p.5).

Os arquivos públicos municipais enfrentam diversas dificuldades, em geral motivadas por fatores relacionados à falta de recursos. Existe a necessidade de recursos financeiros e materiais e profissionais capacitados e em quantidade suficiente para o trabalho. Outros aspectos, tais como a posição do Arquivo na estrutura administrativa, também podem favorecer ou não a viabilização dos investimentos. Fonseca ainda observa que “a conclusão sobre a posição periférica destas instituições cristaliza-se no fato de nenhum destes órgãos terem orçamento próprio, dependendo absolutamente das decisões superiores para a obtenção de recursos.” (FONSECA, 1996, p.6).

4 RESULTADOS OBTIDOS

Em relação aos dados gerais das instituições não foram encontrados problemas, apenas um dos arquivos não tem o CODEARQ, mas está em processo de cadastramento junto ao CONARQ. Concernente à vinculação administrativa 68,75% dos arquivos estão ligados à Secretaria de Cultura dos municípios, 18,7% estão diretamente ligados a Prefeitura e 12,5% estão ligados à Secretaria Administrativa.

Dos arquivos públicos municipais que responderam à pesquisa 6,25% foram criados na primeira década de 1900; 25% na década de 1970; 25% na década de 1980; 37,5% na década de 1990 e 6,25% na primeira década de 2000.

Com relação aos entrevistados que ocupam cargo de direção e coordenação dos arquivos, a pesquisa obteve um total de 43,75%; Os entrevistados com cargo de arquivista, 31,25%; cargo de historiador 6,25%; cargo de especialista em cultura e turismo 12,5%; e 6,25% cargo de técnico em arquivo.

O nível de formação dos responsáveis pelos arquivos é alto; 6,25% participante tem nível médio e 68,75% concluíram o nível superior, 12,5% entrevistados tem mestrado e 6,25% estão fazendo doutorado.

Em relação à área de formação 18,75% são formados em Arquivologia e 18,75% em História. Os demais, 62,5% entrevistados não declararam suas áreas de formação. Estes resultados demonstram, em parte, que as instituições entrevistadas possuem profissionais com formação acadêmica satisfatória.

Instrumentos de pesquisa como guias, inventários e catálogos são disponibilizados por 75% dos arquivos públicos municipais. Dos instrumentos de pesquisa informados 75% são guias, 50% inventários, 50% catálogos e 16,66% outros meios de divulgação (*folders*, folhetos digitais e boletim informativo).

O formato dos instrumentos varia, mas a maioria é produzido e divulgado apenas em meio impresso. Considerando o perfil atual dos usuários de arquivo, cada vez mais exigentes em relação ao acesso eletrônico às informações, pode-se considerar que este resultado dificulta a divulgação da informação e o acesso a estes instrumentos.

Todos os arquivos municipais que participaram da pesquisa permitem acesso ao acervo ou parte dele, as restrições, 43,75%, ocorrem por motivos de conservação dos documentos. Os acervos em geral são constituídos de documentos provenientes da administração pública municipal, englobando documentação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, embora fundos privados também sejam encontrados nos arquivos. Os tipos e formatos documentais são variados abrangendo manuscritos, processos criminais e cíveis, plantas, periódicos. Também são encontrados documentos de diferentes gêneros (textuais, sonoros e audiovisuais).

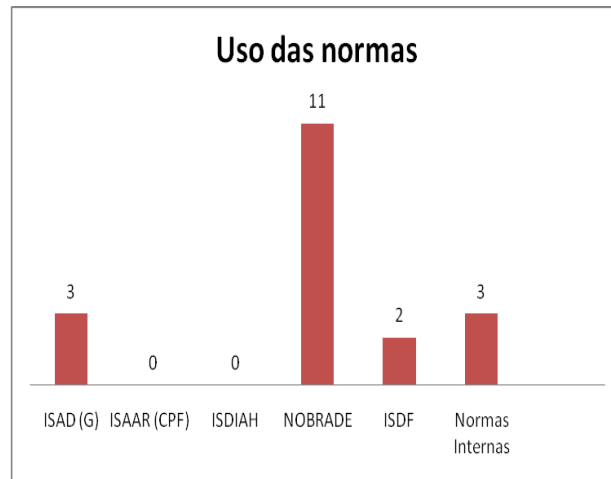
De modo geral, os serviços prestados se constituem em emissão de certidões, atendimento ao público e digitalização de documentos pertencentes ao acervo. Foi informado que existem também serviços de restauração, higienização, microfilmagem, ações educativas como visitas guiadas de estudantes, palestras e exposições mensais.

As normas de descrição internacionais e nacionais são usadas em 75% dos arquivos públicos municipais entrevistados. Apenas 25% declararam não usar as normas.

Quando indagados sobre a razão de não usarem as normas, um dos entrevistados disse não ter conhecimento sobre elas, outro declarou falta de políticas arquivísticas por características da cidade, que tem investido mais em museus do que nos arquivos e ainda

outro declarou estar em processo inicial de elaboração de instrumento de pesquisa. Outro entrevistado ainda respondeu que uma das principais dificuldades citadas é a falta de funcionários suficientes para realizar o serviço e a falta de cursos e capacitação não tem permitido a atualização dos instrumentos.

Gráfico 2: Relação do uso das diferentes normas de descrição arquivística nacionais e internacionais



Fonte: Elaboração própria.

A aplicação da NOBRADE nas instituições arquivísticas pesquisadas corresponde a 68,75%, sendo a norma mais conhecida. Dos 87% participantes que responderem à questão relacionada a mudanças na estrutura/ conteúdo da NOBRADE, a maioria não faz sugestões de alterações e 13% fazem críticas à NOBRADE, destacando a dificuldade dos usuários em compreender os níveis de descrição, sendo necessário auxílio dos atendentes. Um dos entrevistados acredita que a NOBRADE é vista como rígida, mas que esta opinião se dá por falta de conhecimento da estrutura da Norma.

Em relação à influência das normas de descrição sobre os processos de construção dos instrumentos de pesquisa e sua aplicação, foi observado que existe consenso sobre a importância das normas. As respostas destacaram a padronização que as normas trazem aos arquivos. O uso da normatização não é visto como um empecilho ao posicionamento dos profissionais dos arquivos. Mas, 31,25% dos entrevistados acreditam que é fundamental o posicionamento crítico na elaboração dos instrumentos de pesquisa, sendo que cabe a cada profissional o uso do "espírito crítico" ao proceder às ações arquivísticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se que muitos dos problemas constatados na execução da pesquisa como a dificuldade em se obter os dados dos arquivos, o acesso e contato com as instituições e a baixa participação, tem a ver com a falta de recursos (financeiros, pessoais, tecnológicos, entre outros) dos arquivos públicos municipais. Apesar de alguns arquivos terem sido criados há décadas, muitos ainda estão passando pelo processo de reconhecimento e organização de parte do seu acervo.

A falta de autonomia dos arquivos em relação a outras instituições do governo municipal é muito evidente, como pode ser constatado no decorrer da pesquisa. Os arquivos públicos municipais, de modo geral, parecem ter um longo caminho a percorrer para alcançar a sistematização e padronização da descrição arquivística.

Realizar a gestão e o controle do acervo é fundamental para que o acesso e a pesquisa sejam realizados. É dever dos arquivos públicos municipais garantir o controle, a divulgação e o acesso aos documentos que estão sob a sua guarda.

Ainda que se tenha identificado que a maioria dos arquivos municipais está cadastrada no CONARQ, via CODEARQ, as próprias informações prestadas para o cadastramento não possibilitam o contato e o conhecimento sobre a instituição.

Os instrumentos de pesquisa disponíveis, embora atendendo à descrição multinível, do geral para o particular, ainda se apresentam no formato impresso, o que dificulta o acesso a um público mais amplo, hoje conectado pela rede mundial de computadores.

Constatou-se que boa parte dos arquivos públicos municipais que responderam à pesquisa tem conhecimento das normas de descrição, especialmente da NOBRADE e que quase 70% delas aplicam a Norma para descrever os seus conjuntos documentais.

Os técnicos que fazem as descrições são receptivos à padronização da descrição, ainda que destaquem a necessidade de adaptações à realidade de cada instituição, mas afirmam que a utilização da NOBRADE se mostra de fundamental importância para a atividade de descrição nos arquivos públicos municipais.

Tendo em vista que na sociedade contemporânea o acesso é a regra e o sigilo é a exceção é crucial que os arquivos públicos, em todas as suas esferas e níveis, invistam na visibilidade institucional, na qualidade de seus serviços e na viabilização de todas as formas de acesso aos documentos. Como dito anteriormente, a descrição é uma das principais

atividades arquivísticas que permitem às instituições compreender sua evolução, transformar suas práticas, possibilitar leituras diversificadas dos seus acervos documentais pelo público mais amplo e estimular a produção cultural e científica local por meio de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Acervo**, v. 20, n.1-2 Rio de Janeiro, jan./dez.2007.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BEYEA, Marion. A favor das normas para a prática arquivística. In: ARQUIVO NACIONAL. **Acervo**, v. 20, n.1-2 Rio de Janeiro, jan./dez.2007, p.31-38.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO (CONARQ). **Constituição da República Federativa do Brasil (Excertos)**. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=51>>. Acesso em: 09 jul.2014.

BRASIL. **Lei 8159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 08 jul.2014

CÂMARA técnica de normalização da descrição arquivística. **Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 1996.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (ICA). **ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística**. 2.ed. Trad. Vitor Manoel Fonseca et al. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COUTURE, Carol, ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

DIRETRIZES gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2000. Disponível em: <20http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/diretrizes_para_a_construo_de_websites.pdf>. Acesso em 09 jul.2014.

FONSECA, Maria Odila. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. Rio de Janeiro. 1996. Dissertação (Mestrado) em Ciência da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro).

LLANES-PADRON, Dunia. La Descripción Archivística: un antes y undespues marcado por Isad(g) y los nuevos paradigmas archivísticos. In: VALENTIM, Marta Lúgia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

LOPES, Cléo Belício. **Descrição arquivística**: diferenças e divergências terminológicas sobre os instrumentos de pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Monografia (Graduação) apresentada ao Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Departamento de Ciências da Informação).

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos. Rio de Janeiro: Móbile Editorial, 2012.

_____. Os usuários da informação arquivística. **Revista Arquivo e administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul/dez 2006.